



## **MEMÓRIA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2022**

Aos sete dias do mês de outubro de 2022, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência, a 52ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2022. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Departamento da Polícia Federal – DPF; Ministério Público do Paraná – MPPR; Observatório Social do Brasil – OSB; Receita Federal do Brasil – RFB; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR; e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. E, registrada a ausência de representantes da Advocacia-Geral da União – AGU; Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP; Controladoria-Geral da União – CGU; Ministério Público de Contas do Estado – MPC; Ministério Público do Trabalho – MPT; Ministério Público Federal – MPF; Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR; Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA; Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF; e Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP. A sessão foi presidida pelo Luiz Gustavo Andrioli, em substituição ao Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

**Luiz Gustavo Andrioli (TCU)** como Coordenador Executivo interino, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Preliminarmente, deixou a palavra aberta para os membros.

**Ney da Nobrega Ribas (OSB) e Vivianéli Prestes (TCE/PR)** solicitaram a inserção de apresentação, respectivamente, do Projeto Força Tarefa Cidadã e do projeto de controle social do TCE/PR na próxima pauta.

**Luiz Gustavo Andrioli (TCU)** reforçou que são temas de grande relevância para a Rede. Em seguida, submeteu aos membros do Colegiado a aprovação da Ata da 51ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena. Após, passou para o próximo item da pauta, o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC). O TCU capitaneou o Programa junto com as Redes dos 26 Estados. Estatisticamente, cerca de 11 mil gestores aderiram ao PNPC e, no âmbito do Paraná, a representativa está de 90% Federal, 96% Estadual e 84% Municipal (residual de 78 prefeituras e 63 câmaras). Tendo em vista o período eleitoral, as ações do Programa foram freadas, porém marcadas por alguns encontros. No último evento

virtual, realizado em 18/08 sobre controle preventivos, teve audiência de 2 mil pessoas. Em 20 de outubro, haverá mais um evento, encerrando o ano com a apresentação do balanço geral do PNPC em 08 de dezembro. Complementou, informando que teve um encontro em que o Dr. **Mauricio Cardoso Segundo (TJPR)** foi convidado para falar a visão do gestor na implementação do Programa. A CGU tem outro produto de escopo semelhante, assim estão sendo alinhadas a nível nacional para que ambas as ações sejam complementares e sirvam de apoio ao gestor. Ano que vem haverá continuidade e reforço das ações de implementação do PNPC.

**Mauricio Cardoso Segundo (TJPR)** reconheceu como grande iniciativa a adesão do TJPR ao PNPC e aproveitou para parabenizar a todos os envolvidos. O tema vem sendo colocado em pauta a fim de capacitar os gestores e institucionalizar o programa no âmbito do Tribunal. Inclusive, foi criado um grupo de trabalho com 14 representantes para impulsionar a implementação, bem como está havendo diálogo com outros Tribunais, como o da Bahia, para ingresso no PNPC, pois é uma iniciativa acessível para qualquer entidade pública. O Programa serve tanto de reforço para ações já implementadas como para desenvolvimento de novas, fomentando cada vez mais a cultura de prevenção.

**Luiz Gustavo Andrioli (TCU)** agradeceu as palavras. E, fez um paralelo da cultura de prevenção com os cuidados da saúde, mostrando que é inerente ao ser humano reagir após algo surgir, não havendo o ato de prevenir. Assim, descreveu como louvável a ação do TJPR em alocar 14 pessoas para refletir sobre prevenção. Claramente o município não tem um suporte e estrutura para tal, porém independentemente do tamanho essa reflexão é essencial para que ações sejam efetivamente implementadas. Seguindo para a próxima pauta, apresentou uma minuta de ofício circular a ser encaminhada a todos os municípios, elaborada pelo pequeno grupo que está à frente do projeto de aperfeiçoamento dos controles internos municipais, em que a Rede coloca o Controla PR como o impulsionador da implementação e fortalecimento das estruturas dos controles.

**Marilis Bortort Pirotelli Molinari (CGE/PR)** falou da satisfação de ter o apoio da Rede nessa grande ação iniciada pela CGE/PR. Inicialmente, houveram capacitações presenciais em Guarapuava, Maringá e Curitiba, com a equipe técnica da CGE e a participação do Dr. **Maurício Kalache (MPPR)**. A intenção é promover maiores capacitações envolvendo os demais órgãos para diversificar as áreas de conhecimento. Em nome do Dr. **Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR)**, agradeceu o apoio com o envio do ofício circular.

**Luiz Gustavo Andrioli (TCU)** relatou acerca da construção do PNPC e o anseio em querer o apoio da Rede. E, hoje os dados refletem todo esse engajamento. Como a CGE/PR já

possui um produto grande com os controles internos, cabe à Rede apoiar. Por exemplo, o TCE/PR é um órgão com uma organização e estrutura nessa seara que deve ser agregada. O foco é a união de esforços.

**Ney da Nobrega Ribas (OSB)**, aproveitando o ensejo, fez um testemunho sobre a importância desse trabalho e principalmente da abordagem trazida pelo **Luiz Gustavo Andrioli (TCU)**. Falou da importância de oferecer um respaldo aos controladores para que eles possam cumprir efetivamente seu papel, mas também da necessidade de oferecer instrumentos que permitam responsabilizar aqueles que não cumprirem com a legalidade. Exemplificou a situação na função de fiscal dos contratos que praticamente inexistem nos municípios, em que obras estão paradas, produtos são entregues fora da padronização ou da especificação do contrato, e o controlador ao cobrar não tem respaldo. Assim, reiterou que o grupo de trabalho deve criar um plano com ações específicas para a Rede.

**Vivianéli Prestes (TCE/PR)** reforçou que a ideia inicial era realmente criar um programa da Rede estruturado com papéis de trabalho definidos, sendo o apoio ao Controlador PR a primeira iniciativa desse projeto. Ou seja, as iniciativas da Rede não devem parar com a expedição dos ofícios circulares.

**Luiz Gustavo Andrioli (TCU)** agradeceu o alerta. Complementarmente, confidenciou um convite que será encaminhado aos TCEs para em uma ação conjunta levantar os riscos que a nova lei de licitações traz para os municípios. Seguiu para o último item definido em pauta: relatório do Projeto Força Tarefa Cidadã, que tem por objetivo unir os controles institucionais com os controles sociais. O Projeto ocorreu em 8 Estados, incluindo o Paraná, e mobilizou 150 voluntários que verificaram a real transparência de 2.500 municípios.

**Ney da Nobrega Ribas (OSB)**, antes de adentrar no foco da sua fala, reforçou o pedido de inserir na próxima reunião uma apresentação detalhada sobre a apuração da transparência ativa e passiva nesse primeiro ano do Projeto Força Tarefa Cidadã. Seguiu com uma explanação geral das ações do Projeto. A transparência ativa foi avaliada de forma geral e na disponibilização das informações e documentos das contratações de uma obra e uma dispensa na área de saúde. Já na transparência passiva foram solicitadas informações sobre contratações. Pode-se observar uma melhoria da região Sul do país sobre as informações de gastos, porém ainda há dificuldades em identificar documentos que permitam a verificação e validação das informações acostadas pelo cidadão. A situação dos municípios é frágil e a união de todos os atores é primordial. Concordou com **Vivianéli Prestes (TCE/PR)** de que a Rede deve institucionalizar um programa efetivo. Em ato contínuo, a Rede será notificada para que os órgãos competentes possam interagir com os

municípios e cobrar maior transparência. O Projeto envolve cerca de 150 voluntários e mais de 200 acadêmicos.

**Luiz Gustavo Andrioli (TCU)** falou que esteve em um evento do MPPR sobre agentes da cidadania e, também, visitou o TCE/PR e conheceu algumas ações de controle social. Exemplificou em uma ação piloto que promove a participação do cidadão, em conjunto com a equipe técnica do TCE/PR, para auxiliar nas atividades de controle em locais de difícil alcance. Aproveitou o tema, e indagou se a CGE/PR possui alguma ação nessa linha do controle social.

**Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR)** destacou o Projeto CGE Itinerante, premiado nacionalmente, em que servidores públicos da CGE/PR em visita *in loco* nos órgãos/entidades prestadores de serviço público realizam pesquisa de satisfação com a população e fomentam os canais de ouvidoria do Estado do Paraná. Até o momento, mais de 200 municípios já foram visitados. Além disso, tendo em vista a proximidade entre controle social e transparência, no âmbito da CGE/PR, esses eixos foram unidos em uma única coordenadoria: Coordenadoria de Transparência e Controle Social. Por fim, dentre os projetos vinculados ao financiamento com o BNDES, tem-se a construção do novo Portal da Transparência do Estado, que contará com consulta pública para aprimorar a transparência ativa e consequentemente diminuir a transparência passiva, bem como terá inteligência artificial para avaliar temáticas presentes e constantes na transparência passiva para torná-la ativa.

**Luiz Gustavo Andrioli (TCU)** concluiu que todos caminham para o mesmo tema, sendo interessante um papo mais aprofundado TCE/PR, CGE/PR, CGU e TCU para impulsionar as iniciativas individuais. Deu-se por encerrado os assuntos previstos na pauta, no entanto pediu para abordar, rapidamente, três tópicos. Tendo em vista o processo eleitoral do primeiro turno, que teve inclusive participação do TCU na fiscalização, solicitou à **Hillene de Cassia (TRE/PR)** um relato sobre a visão do TRE/PR.

**Hillene de Cassia (TRE/PR)** discorreu sobre a satisfação em participar do processo de auditoria e integridade das urnas, bem como de integridade dos sistemas, os sistemas são expostos e testados a fim de comprovar a autenticidade das urnas. Todos trabalham para que seja um processo legítimo, transparente e autêntico.

**Luiz Gustavo Andrioli (TCU)** agradeceu a explanação e parabenizou o astral do pessoal do TRE.

**Hillene de Cassia (TRE/PR)** declarou ser um processo cansativo e repetitivo, porém a equipe veste a camisa e o sentimento de gratificação em assistir tudo saindo conforme o planejado. Pontuou a emoção das saídas dos carros para levarem as urnas. Nas eleições houveram excessos nas filas por conta da quantidade de eleitores e pelo processo de biometria, mas no fim tudo terminou pacificamente.

**Luiz Gustavo Andrioli (TCU)** relatou que acompanhou a apuração em 540 urnas e a checagem realizada foi um sucesso. O penúltimo tópico é fazer um convite a todos os membros da Rede. As Redes de todo o país se comunicam pelas Coordenadorias Executivas Estaduais, por meio de reuniões periódicas, e no dia 10 e 11 de novembro em João Pessoa haverá um encontro das 26 Redes para se planejarem e identificarem ações similares que estão ocorrendo em outros entes da federação, a fim de aproveitar papéis de trabalho e boas práticas. Assim, colocou-se à disposição para passar as diretrizes a quem se interessar pelo convite. Por fim, o último tópico é para lembrar que na próxima reunião será tratada da eleição da Rede, considerando que o mandato é de 2 anos. Citou alguns órgãos, mas mostrou apoio e gratidão a qualquer um dos órgãos que queira assumir esse importante papel, sempre podendo contar com o apoio do TCU.

**Vivianéli Prestes (TCE/PR)** trouxe um projeto, a ser apresentado futuramente, que impactará o Estado como um todo: mudança radical na avaliação da prestação de contas dos municípios, incluindo 5 políticas públicas na composição da análise.

**Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR)** destacou que essa mudança radical é um tema quente. A ausência de contraditório e recurso de revista, ou seja, o envio do parecer prévio sem oitiva, é um grande impacto no âmbito dos controles internos. Externou a ansiedade em conhecer esse novo modelo, uma vez que o contraditório é peça chave para o gestor. Ademais, inviabiliza o esgotamento dos apontamentos em um ambiente técnico entre o órgão e o Tribunal, ficando a mercê de um meio político nas casas de lei.

**Luiz Gustavo Andrioli (TCU)** frisou que a fala do Dr. **Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR)** apenas reforça a importância em ouvir a pauta sugerida pela **Vivianéli Prestes (TCE/PR)**. Encerrou com o destaque dos grandes assuntos para a próxima pauta: participação cidadão e prestação de contas. E, lembrou da eleição da Coordenadoria Executiva da Rede no final do ano.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

## DELIBERAÇÕES

nº	Ação	Responsável	Previsão
----	------	-------------	----------

1	Adicionar para próxima pauta a apresentação detalhada do Projeto Força Tarefa Cidadã.	Coordenação Ney	02/12
2	Adicionar para próxima pauta a apresentação do projeto de controle social do TCE/PR.	Coordenação Vivianéli	02/12
3	Participação no evento em João Pessoa.	Todos	10 e 11/11
4	Adicionar como pauta a apresentação das alterações na prestação de contas dos municípios.	Coordenação Vivianéli	02/12
5	Direcionar ações para a implementação do real produto da Rede.	Todos	-